



RELATÓRIO DA ANÁLISE DE PROJETOS PROPOSTOS NO ANO DE 2022

INTRODUÇÃO

O grupo de monitoramento do legislativo do Observatório Social do Brasil de São Paulo realizou o levantamento e a análise da atividade de projetos propostos do ano de 2022, de forma igual ao que vinha realizando desde o ano de 2017.

Como metodologia para a realização da atividade em 2022, foram distribuídas entre os voluntários planilhas individuais dos vereadores, para o levantamento dos projetos propostos (Fonte: <https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/>) e sua classificação em categorias, pré-estabelecidas pela equipe.

Tendo em vista que as categorias trazem um certo grau de subjetividade, após os dados serem levantados, as planilhas foram enviadas para os vereadores de São Paulo (Incluindo os suplentes que chegaram a ser empossados em algum momento do ano e assinaram projetos legislativos) para confirmação das informações.

Entretanto o retorno a estas solicitações foi baixo, com somente quatro legisladores tendo dado respostas dentro do prazo estipulado, denotando falta de interesse dos parlamentares em atender a pedidos de informações da sociedade civil organizada. A análise a seguir, portanto, levou em consideração todas as demais informações levantadas como devidamente confirmadas, com os dados levantados e classificados estando publicados em um painel interativo. Neste painel podem ser conhecidos os projetos apresentados em cada categoria, bem como aqueles assinados por cada um dos vereadores, seja como autor ou coautor.



A ANÁLISE

O ano de 2022, igual aos anos de 2020 e 2021, foi marcado pela continuação da pandemia de Covid-19, no entanto diferente dos anos anteriores, este ano foi marcado pelas atividades híbridas nas Câmara dos Vereadores.

Quando se fala da função de proposição de projetos de lei em números absolutos, houve uma queda acentuada na quantidade de assinaturas feitas pelos vereadores quando comparado com o primeiro ano da atual legislatura. Também vale destacar que todas as categorias, exceto datas comemorativas e homenagens diversas, tiveram um decréscimo na quantidade absoluta de assinaturas.

Ao todo foram computadas 1135 assinaturas, como se pode ver no quadro abaixo:

Quadro - PROJETOS PROPOSTOS LEGISLATURA 2021-2024

Total de projetos propostos assinados na legislatura de 2021-2024						
Categoria	2021	2022	2023	2024	total	Frequência
Adm. Pública	133	66			199	6,03%
Combate à Corrupção	8	8			16	0,48%
Datas comemorativas e homenagens diversas	221	270			491	14,88%
Denominação de logradouro	230	176			406	12,31%
Desenvolvimento econômico	84	40			124	3,76%
Desenvolvimento social	274	162			436	13,22%
Educação e cultura	196	67			263	7,97%
Frete Parlamentar	271	39			310	9,40%
Habit. E Urbanismo	142	28			170	5,15%
Lei Orgânica	24	14			38	1,15%
Meio Ambiente	65	21			86	2,61%
Mobilidade	65	37			102	3,09%
Proteção Animais	67	44			111	3,36%
Regimento Interno	8	7			15	0,45%
Saúde e Esporte	247	111			358	10,85%
Segurança Pública	58	24			82	2,49%
Transparência	23	8			31	0,94%
Tributação	48	13			61	1,85%
Total de projetos no a	2164	1135	0	0	3299	100,00%

Fonte: Observatório Social do Brasil – São Paulo.



Uma das possíveis hipóteses para explicar a ocorrência da queda de assinaturas está o fato de que o ano de 2022 foi um ano eleitoral nos entes estadual e federal e que quase metade dos vereadores paulistanos se candidataram para algum cargo, com alguns deles sendo eleitos para deputado federal e deputado estadual.

Também merece destaque que ao se tomar como base o quadro na página anterior, os projetos relacionados a datas comemorativas e homenagens diretas e denominação de logradouro voltaram a ser os mais assinados pelos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo após dois anos sem que estas categorias figurassem entre as duas mais assinadas nos anos de 2020 e 2021.

Em 2022, foram contabilizadas ao todo 446 assinaturas em projetos relacionados a datas comemorativas e homenagens diversas, somadas a denominação de logradouro, o que representa 39,30% do total de 1135 e um aumento percentual de quase 19% quando comparado com 2021.

O resultado encontrado nos levantamentos feitos em 2022 corrobora a hipótese levantada no ano de 2021 de que a quantidade de assinaturas nas diferentes categorias de projetos propostos foi fruto direto dos impactos da pandemia de Covid-19¹, assim como apresentam uma interrupção na queda que vinha sendo observada na proporção de assinaturas em projetos de baixo impacto no total das proposições legislativas.

Na sequência das categorias de proposições legislativas que tiveram mais assinaturas, encontram-se aquelas relacionadas à área de desenvolvimento social, com um total de 162 (14,27%).

Merece destaque o fato de que projetos legislativos ligados à categoria de desenvolvimento social deram bastante ênfase aos

¹ Duas das três categorias que mais apresentaram assinaturas em 2021, durante o auge da covid-19, foram desenvolvimento social e saúde-esporte, algo que não foi observado em 2022.



direitos das populações jovem, idosa e de pessoas com deficiência; proteção às mulheres vítimas de violência doméstica; e combate ao trabalho análogo à escravidão.

Dentre os projetos que se mostram relevantes para a área de desenvolvimento social estão o PL 73/2022, que trata do Serviço de Recebimento de Denúncias de Violações de Direitos dos Idosos em âmbito municipal; PL 220/2022, que traz a previsão de criação da política municipal de inclusão da pessoa com deficiência; PL 286/2022, que prevê a criação do programa observatório da violência contra a mulher; e o PL 482/2022, que institui a divulgação de canais de denúncia contra o trabalho análogo à escravidão na Cidade de São Paulo.

A quarta categoria mais assinada é a de saúde-esporte, com 111 (9,78%) assinaturas. Os projetos nesta área deram mais ênfase ao ciclismo e à promoção das saúdes mental e bucal.

Dentre os projetos que se mostram relevantes para a área de desenvolvimento social estão o PL 31/2022, que prevê o oferecimento de atendimento odontológico em todas as UBS e UPA do município de São Paulo; PL 695/2022, que autoriza o Poder Executivo a criar o “Programa de Saúde Mental para comunidade escolar nas unidades escolares públicas municipais de São Paulo”; e o PL 459/2022, que prevê a obrigatoriedade da implantação de ciclovias em novos projetos urbanísticos no Município de São Paulo.

Em seguida estão as assinaturas em projetos ligados à educação-cultura, com um total de 67, representando proporcionalmente 5,9% do total de assinaturas e sendo observado uma queda percentual de 3,1% quando comparado com 2021.

Dentre os projetos apresentados na área de educação-cultura em 2022 estão o PL 373/2022, que garante o abono de falta ao trabalho de pais e responsáveis por alunos, para participação em reuniões



bimestrais oficializada no calendário escolar das escolas públicas e privadas do município de São Paulo; PL 230/2022 que cria o programa passaporte cultural para alunos da rede pública municipal de ensino no município de São Paulo; PL 680/2022 que prevê a criação do programa de divulgação de vagas escolares para o público da educação especial” no município de São Paulo; e o PL 301/2022, que prevê a instituição, em caráter facultativo, de disciplina extracurricular de noções de enfrentamento à corrupção.

Fora das cinco categorias mais assinadas, merece atenção o fato de que houve pouquíssimas assinaturas nas áreas de transparência e combate à corrupção e uma queda de mais de 70% no total de assinaturas em projetos relacionados à tributação.

Sobre as assinaturas em projetos de combate à corrupção e transparência, somadas elas dão 16 ao todo e proporcionalmente representam apenas 1,40% do total.

Este baixo valor de assinaturas em projetos de combate à corrupção e transparência chama a atenção quando comparado com a grande quantidade de assinaturas em proposição nas áreas de baixo impacto social como, por exemplo, a de Datas comemorativas e homenagens diversas.

Dentro do campo dos projetos voltados ao combate à corrupção, deve-se destacar que metade das suas 8 assinaturas estão concentradas em um único parlamentar e os projetos nesta área preveem a instituição da política de combate à corrupção nas emendas parlamentares individuais (PL 288/2022); da Ficha Limpa aos servidores comissionados no âmbito dos órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo Municipal e Autarquias de São Paulo (PL 289/2022); e de certificado para as empresas que adotarem medidas anticorrupção (PL 302/2022); a Autorização do Tribunal de Contas do Município de realizar auditoria patrimonial de servidores por meio de



sorteio (PL 300/2022); a cassação do alvará de localização e funcionamento de empresas e postos de combustíveis condenados pela prática de cartel (PL 387/2022); e a proibição celebração ou renovação de contratos, emissão de alvarás e licenças para entidades e pessoas jurídicas que tenham em seu quadro de sócios, gestores, administradores e funcionários, indivíduos condenados por crime de maus tratos a animais (PL 350/2022).

Já na área de transparência houve 8 assinaturas de 8 diferentes vereadores em 6 projetos que tratam, por exemplo, da instituição de uma política de transparência nas escolas do município de São Paulo (PL 394/2022); do programa “Ficha Limpa nas Creches e Escolas” (PL 351/2022); da publicação da lista de espera dos pacientes de diversas operações no Sistema Público de Saúde do município de São Paulo na internet (PL 92/2022); do estabelecimento de diretrizes a serem observadas pelo Poder Público para capacitação, formação e orientação das Organizações da Sociedade Civil (PL 352/2022); e da apresentação de relatórios trimestrais sobre o andamento de processos pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRES (PL 545/2022).

No caso de assinaturas em projetos na área de frente parlamentar, foram registradas somente 37 assinaturas, que é um valor muito pequeno quando comparado com as 271 contadas nesta mesma área no ano anterior.

Uma hipótese que pode ser considerada para esta grande diferença de quantidade de assinaturas entre 2021 e 2022 é o fato de que o primeiro ano aqui mencionado foi o que marcou o início da atual legislatura, que é quando há um processo de organização de forças políticas e a construção de alianças entre os parlamentares em relação aos diferentes temas que uma frente parlamentar pode representar.



Por fim, estão os projetos relacionados à tributação, que tiveram um decréscimo de pouco mais de 70% no total de assinaturas, caindo de 48 para 13 no total e os projetos no geral estão relacionados, por exemplo, à remissão dos débitos do IPTU, assim como à isenção, descontos e revisão administrativa neste mesmo imposto (PL 493/2022); à revogação da cobrança de 14% de incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentados e pensionistas do regime de previdência social do município de São Paulo (PL 609/2022); e à fixação de alíquotas diferenciadas para as empresas que fazem o transporte de medicamentos radiofármacos e oncológicos (PL 179/2022).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as assinaturas de proposições legislativas de 2022, surgem algumas reflexões, seja em aspectos positivos e negativos.

Dentro dos aspectos positivos pode-se mencionar o fato de que fica cada vez mais evidente que a Câmara Municipal tem se preocupado com as populações jovem, que é uma das mais impactadas pelo desemprego, e idosa, que cada vez mais recebe atenção do poder público e tem a sua voz amplificada dentro do atual contexto de envelhecimento populacional e do aumento deste segmento social.

Outro ponto positivo é a assinatura de projetos que visam combater ao trabalho análogo à escravidão. A existência deste mal em algumas regiões do município de São Paulo já é de conhecimento público e soma-se a isto o fato de que nos últimos meses vários casos de resgate de pessoas que trabalhavam nestas condições em vários lugares do Brasil estamparam as manchetes das mídias.

No campo da saúde, se destacam a preocupação dos parlamentares com a saúde mental dos munícipes, que é uma demanda que cresceu bastante nos tempos mais agudos de pandemia (marcada pelo isolamento social), sem contar que foi um assunto bastante discutido na internet – Redes sociais, fóruns virtuais e YouTube.

Dentre os aspectos negativos destacam-se o fato de que as assinaturas em projetos de baixo impacto social voltaram a compreender quase metade do total de tudo o que foi assinado, quebrando assim uma série histórica que vinha sendo observada desde 2017, quando as proposições legislativas nas áreas de datas comemorativas e homenagens diversas e denominação de logradouro, quando somadas, chegaram a cair para quase 20% do todo.



Outro ponto negativo é o fato de que a assinatura em projetos nas áreas de transparência e combate à corrupção continuaram a ser baixas igual aos anos anteriores, ainda que os projetos nestas áreas se apresentam como estruturantes ao analisar as ementas deles.

Vale lembrar que a atenção dada aos projetos nas áreas de transparência e combate à corrupção se dá pelo fato de que eles são fundamentais para que a sociedade civil possa fiscalizar o uso do dinheiro público e o funcionamento das políticas públicas e assim apresentar sugestões, elogios e críticas. As proposições nestas áreas também são benéficas para o poder público, pois evitam o desperdício de recursos e ajudam os gestores a tomarem melhores decisões.

Enfim, como a função de propositura de projetos de lei não é a única atribuição dos vereadores, deve ser analisada em conjunto com seu fundamental papel na aprovação do orçamento público e incidência nele por meio da apresentação de emendas parlamentares.